

O passado não nos serve mais? Uma conversa sobre imagem, memória e civismo

Does the past no longer serve us? A conversation about image, memory and civism

Gabriel Motta Costa¹

Resumo

O presente artigo surgiu durante discussões feitas em uma aula do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ) e, tem por intuito promover um debate historiográfico sobre o projeto cívico pedagógico de mobilização social de culto à nação através das imagens de caráter histórico. Dessa forma, tentou-se compreender como o conceito de cultura interagiu com o processo histórico e com as experiências, já que os monumentos são entendidos como produtos culturais. Buscamos demonstrar como as imagens de caráter histórico servem como elementos de promoção do civismo e apaziguadores, mas que, ao mesmo tempo, exprimem violência simbólica.

103

Palavras-chave: Cultura; Sociedade; Monumento; Projeto cívico pedagógico.

Abstract

This article emerged during discussions held in a class of the Graduate Program in History at the State University of Rio de Janeiro (PPGH-UERJ) and aims to promote a historiographical debate about the civic pedagogical project of social mobilization of the cult of the nation through images of a historical character. In this way, we tried to understand how the concept of culture interacted with the historical process and with the experiences, since the monuments are understood as cultural products. We seek to demonstrate how the images of a historical character serve as elements of civic promotion as pacifying elements, but at the same time, they express symbolic violence.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense - Campus Campos e integrante do Laboratório de História do Poder e das Ideologias (LAHISPI/UFF-Campos).

Keywords: Culture; Society; Monument; Pedagogical civic project.

Ninguém está verdadeiramente isento de tendências políticas. A opinião de que arte não deveria ter a ver com política é em si mesma uma atitude política.

George Orwell

Introdução

Penso esta exposição como uma conversa. Assim, o intuito deste texto, ou melhor, desta conversa, é o de promover algumas inquietações e reflexões acerca das bases cívicas, se assim podemos dizer, dos símbolos que compõem o acervo da imaginária urbana brasileira. Atualmente o debate vem tomando força, principalmente após um trágico evento, o assassinato do afro americano George Floyd nos EUA por um policial branco em uma ação covarde, no ano de 2020. Após o ocorrido, uma onda “antimonumentos” se fortaleceu levando a derrubada de monumentos, estátuas e esculturas que representavam um passado opressor que ainda ecoa na atualidade.

Os alicerces mnemônicos que assumiam a forma de elementos fixadores e aglutinadores de um determinado grupo social estão sendo contestados e ressignificados. No bojo dessa dinâmica estão inscritos os monumentos de caráter histórico. Pois são a comemoração, a celebração de um acontecimento memorável (LE GOFF, 1992). Os monumentos, estátuas, esculturas e outros são vestígios do passado e carregam consigo uma dupla função na representação do mesmo. Por um lado, podemos interpretá-los como celebrações públicas de uma memória que uma dada época quis sacralizar e perpetuar, comunicá-la aos pósteros. Destarte, memória e monumento estão intimamente ligados, pois a materialização da primeira é concretizada pelo segundo. Através de sua concretude, o monumento é capaz de consagrar uma narrativa histórica e/ou algum personagem histórico. Sendo assim, o monumento torna-se um elemento cujas intenções são a perpetuação e fixação de uma memória, tornando-a coletiva. Por outro lado, essas peças de caráter histórico assumem a forma de fontes para o estudo do passado e seus valores, são encarados como documento.

Assim, o fio condutor desta conversa, utilizando três exemplos de monumentos como documentos: a estátua de Borba Gato, o Monumento às Bandeiras e o Monumento ao Duque de Caxias, busca demonstrar como as peças de caráter histórico servem como elementos de promoção

do civismo, através do projeto cívico pedagógico de celebração dos símbolos nacionais sacralizados em bronze, na tentativa de ocultação das mazelas sociais, mas ao mesmo tempo exprimem violência simbólica. Sendo importante começarmos nossa conversa com algumas considerações sobre as mudanças conceituais que o conceito cultura sofreu ao longo do processo histórico e reagiu às experiências, já que os monumentos são entendidos como produtos culturais. Portanto é relevante tecer algumas reflexões sobre os usos do passado, pois entendemos que as peças históricas nos remetem a uma visão de passado e de história. Conversemos, pois.

Cultura, uma conversa

Não é incomum nos depararmos com debates sobre qual a “cara” que o Brasil tem. Nas redes sociais, mídias impressas ou audiovisuais são extensas as provocações e discussões sobre o caráter cultural nacional, sobre o que forma a brasilidade e quais são os símbolos e signos que nos representam. O que é brasileiro? O que é Brasil? Essas perguntas soam como se de fato houvesse “um objeto uno e inteiriço assim chamado (cultura brasileira), e não vivêssemos imersos em perspectivas polimorfos geográficas, étnicas, históricas, climáticas e sociais – maranhices, mineirices, gauchices etc” (CHAUÍ, 2008, p. 17). De intrometido, proponho-me a tentar trazer algumas reflexões acerca desse tema tão conflituoso e, por vezes, nebuloso. Traçando um caminho que nos leve ao que proponho trazer para essa conversa, o papel dos monumentos de caráter histórico como elementos do processo cívico pedagógico, mas que, ao mesmo tempo, exprimem violência simbólica.

De início, qual é a definição de cultura? Já que, os monumentos, o objeto central de nossa conversa, são compreendidos como produtos culturais. Definir cultura não é uma tarefa fácil. O termo cultura é centro de estudos em diferentes áreas como sociologia, história, antropologia e outros, sendo que, em cada uma dessas áreas é trabalhada a partir de enfoques e usos distintos. Assim, torna-se de suma importância compreender como o conceito de cultura interagiu com a história e com a experiência em transformação ao longo dos anos. Uma rápida pesquisa em dicionários revelará uma vasta possibilidade de significações para cultura, “conjunto das estruturas sociais, das manifestações intelectuais e artísticas, etc; conjunto de conhecimentos adquiridos; terreno cultivado” (DICIO, 2023), dentre outros.

Em sua origem, vinda do latim do verbo *colere*, cultura possuía seu significado relacionado ao cultivo e ao cuidado com a terra, com a prole, com os deuses e o sagrado. Era um processo objetivo, “como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém, era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios” (CHAUÍ, 2008, p. 24).

Esse sentido foi se perdendo no decorrer do processo histórico ocidental, mas não podemos compreendê-lo desassociado das modificações decisivas que *sociedade* e *economia* também sofreram nos fins do século XVI e no século XVII. Sociedade, num primeiro momento, traduzia o ideal de companheirismo, de realização comum. Hoje, “sociedade é uma formulação da experiência que resumimos como ‘sociedade burguesa’” (WILLIAMS, 1979, p. 18), sendo ela a descrição de um sistema ou uma ordem geral. No que tange a economia, sua concepção estava relacionada à administração do lar e, posteriormente, a administração de uma comunidade, “antes de tornar-se a descrição de um determinado sistema de produção, distribuição e troca” (WILLIAMS, 1979, p. 16). Antes dessas transformações conceituais, cultura era especificamente o crescimento e o cuidado com o plantio e com animais, e, por extensão, o crescimento e cuidado das faculdades humanas. O que quero dizer é que esses três conceitos não se transformaram no mesmo ritmo, mas que cada um deles, em sua medida, foi afetado pelo movimento dos outros.

De seguida, no século XVIII, com as transformações promovidas pelo Iluminismo francês, cultura ressurgiu adquirindo uma nova qualidade, tornava-se sinônimo de civilização. O termo civilização deriva da ideia de vida civil, ou seja, a absorção dos homens por uma organização social, e, aqueles que estão inseridos nessa organização são adjetivados como “civis”, indicando ordenamento, educação e cortesia. Mas mais que isso, civilização expressava dois sentidos que estavam historicamente unidos: “um Estado realizado, que se podia contrastar com a ‘barbárie’, mas também agora um estado realizado de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso” (WILLIAMS, 1979, p. 19).

Com o Iluminismo, o termo cultura tornou-se o padrão que media o nível de civilização de uma sociedade. Destarte, cultura passou a ser compreendida como um conjunto de práticas artísticas, técnicas, filosóficas, científicas e outros, que eram considerados como elementos fundamentais para avaliar e hierarquizar os regimes políticos, segundo um critério de evolução. Juntamente, introduziu-se a ideia de tempo no conceito de cultura, um tempo linear e evolutivo, que, aos poucos, relacionava cultura a progresso. “Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traduz a uma civilização” (CHAUÍ, 2008, p. 25). Nesse sentido, cultura evocava os progressos individuais, enquanto civilização evocava os progressos coletivos. Cultura tornava-se um conceito político e ideológico.

Já no século XIX, a antropologia se incumbiu da promoção de estudos referentes à cultura, sendo marca dos primeiros estudos a continuidade do conceito iluminista de evolução ou progresso. Imersos na dinâmica capitalista europeia, os primeiros antropólogos estabeleceram a Europa capitalista como o maior grau de evolução ou progresso, avaliando as demais sociedades segundo a

presença ou ausência de alguns elementos que pertencem ao modelo capitalista ocidental. O Estado, o mercado e a escrita. Aquelas sociedades que não desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder semelhantes à escrita, ao mercado e a organização do Estado europeu eram definidas como “culturas primitivas”. Cultura passava a ser um conceito que distinguia as diferentes formas culturais. Desse modo, durante o processo “evolutivo cultural” o primitivo caminharia para o desenvolvimento do Estado, da escrita e do mercado, segundo o modelo capitalista europeu, para que, ao concluir essa metamorfose cultural, se tornasse não primitivo, alcançando o “progresso”. Uma projeção etnocêntrica às demais culturas ao afirmar que a cultura europeia capitalista é a etapa final do desenvolvimento de uma cultura ou de toda a civilização. Essa forma de percepção criava uma dicotomia entre o homem irracional ou selvagem, em seu estado natural, aculturado; e a cultura que ele adquire através dos canais de instrução intelectual, alcançando por final a razão. No presente, um dos sentidos mais utilizados de cultura vem da origem deste pensamento, que caracteriza como possuidores de cultura àqueles que detêm o saber formal.

O panorama muda, sobretudo, com a filosofia alemã, no século XIX, ao pensar a cultura como a dissociação imediata à natureza e inauguração do mundo do homem, “pela linguagem e pelo trabalho o corpo humano deixa de aderir de pronto ao meio, como o animal adere” (CHAUÍ, 2008, p. 27). Através da linguagem e do trabalho, o homem modifica a natureza, mas não somente para a sua subsistência, ele cria símbolos e signos, nessa transformação ele se relaciona com o possível e com o ausente. “A ordem humana, porém, é a ordem simbólica, isto é, a da capacidade humana para relacionar-se com o ausente e com o possível por meio da linguagem e do trabalho” (CHAUÍ, 2008, p. 27). E nesse processo de transformação e conformação do meio, o homem passa a ser definido como agente histórico, tornando a concepção de cultura mais alargada.

A partir de meados do século XX, os antropólogos europeus irão absorver esse pensamento, buscando se distanciar da ideologia etnocêntrica e imperialista da cultura. Entendendo que “cada cultura exprime, de maneira histórica e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria” (CHAUÍ, 2008, p. 28). O termo cultura passou a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo compreendido agora como produção e criação da linguagem, da sexualidade, das expressões da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, das relações de poder e outros. Desse modo, cultura passa a ser relacionada com o campo em que os homens elaboram símbolos, signos e significados, onde são instituídos as práticas e os valores.

Mas, como afirma Chauí, “essa abrangência da noção de cultura esbarra, nas sociedades modernas, em um problema: o fato de serem, justamente, *sociedades* e não *comunidades*” (CHAUÍ, 2008, p. 30).

A comunidade se estrutura na indivisão interna e na ideia de bem comum, “a nação sempre é concebida como urna profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34). Como afirma Anderson, “foi a fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas se tenham disposto não tanto a matar, mas, sobretudo, a morrer por essas criações imaginárias limitadas” (ANDERSON, 2008, p. 34). As mudanças intelectuais e o fortalecimento do modo de produção capitalista ocidental que se sucederam após a “Era das Revoluções” levaram a uma nova organização social. A busca pelo bem comum e as relações face a face, que afirmavam a encarnação do espírito da comunidade foi se esvaecendo, dando lugar ao individualismo e a competição.

O mundo moderno renuncia à comunidade, a ordem capitalista dá origem à sociedade “cuja marca primeira é a existência de indivíduos separados uns dos outros por seus interesses e desejos” (CHAUÍ, 2008, p. 30). Marcada pela divisão social interna, a sociedade é disposta segundo a divisão de classes e instituída por meio da invenção de pacto social ou contrato social firmado entre os indivíduos para estabelecê-la. Além da divisão em classes, a sociedade institui a divisão cultural, distinção feita pela dicotomia cultura de elite e cultura popular, ou cultura dominante e cultura dominada. Para Bourdieu,

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. [...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 10-11).

O papel da cultura dominante “é aquele a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social” (CHAUÍ, 2008, p. 33). As concepções de cultura popular estão relacionadas às opções políticas, os românticos buscam a cultura nacional, a universalidade da cultura popular pelo viés nacionalista; a de herança iluminista e seu caráter civilizatório, que compreende a cultura popular como uma manifestação ignara, propõe a sua subversão por meio de uma ação pedagógica a ser realizada pelo Estado; a populista pretende trazer uma carga revolucionária, na perspectiva dos movimentos de esquerda, ou um caráter conservador, na perspectiva dos movimentos de direita, a cultura popular se torne o alicerce do Estado; a cultura popular também pode ser compreendida como aquilo que é produzido pela classe trabalhadora “segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas populares de organização” (CHAUÍ, 2008, p. 33).

A distinção entre cultura dominante e cultura dominada é mascarada pela indústria cultural, que cria a falsa realidade de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais. Mas, na verdade, a indústria cultural separa os bens culturais pelo seu valor de mercado, sendo fundamental para essa mercantilização cultural o papel dos agentes encarregados de administrar a qualificação do que é artístico (CANCLINI, 1998). Alimentando e aumentando o hiato entre a “elite” cultural, que consome os produtos culturais ditos “caros” e “raros”, e as massas, que são abastecidas por produtos culturais considerados com menos valor e “comuns”. A indústria cultural está voltada para a lógica do mercado, preocupada com a venda de cultura. Como resultado da mercantilização cultural, na busca incessante de consumidores, o caráter da originalidade, do trabalho, no sentido de criação do sentido, do pensar, da autenticidade, é anulado, dando lugar à reprodução e a massificação.

A autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico. Como este depende da materialidade da obra, quando ele se esquia do homem através da reprodução, também o testemunho se perde. Sem dúvida, só esse testemunho desaparece, mas o que desaparece com ele é a autoridade da coisa, seu peso tradicional. [...] *Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido.* Na medida em ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial (BENJAMIN, 1985, p. 168).

Não é minha pretensão, imaginem só, propor uma teoria sobre a formação cultural brasileira. Mas, entendo que seja importante perceber como a mudança conceitual que o termo cultura sofreu ao longo do processo histórico se relacionando às experiências, já que, nossos pensadores, literatos, historiadores utilizaram e utilizam tal conceituação para dar a “cara” do Brasil. Buscando constituir a estrutura óssea que sustenta o meio sociocultural gelatinoso brasileiro, marcado por suas regionalidades e peculiaridades.

Na modernidade, com a indústria cultural e o seu imediatismo consumista pautados na mercantilização das produções culturais, cultura como o campo onde se dão as práticas de construção dos valores, dos signos e símbolos, do trabalho e outros, se afasta cada vez mais da democratização cultural e caminha para a massificação cultural. E, a constituição do que podemos nomear de sociedade brasileira, processo que pode ser encarado, como afirma a historiadora Beatriz Vieira como (de)formação nacional incompleta; é marcada pelo choque entre projetos de nação distintos e conflitos socioculturais internos. O contraste social, econômico e cultural brasileiro, que se arrasta e perdura ao longo dos anos, são um dos impedimentos para o estabelecimento daquilo que se pode chamar “civilização”. “A falta de condições concretas no Brasil para uma civilização digna do nome, o bem-viver coletivo e o desenvolvimento do mundo cultural e intelectual lato senso, ao invés da

pobreza, da doença e do analfabetismo, remontam ao século XIX, como se vê em Capistrano de Abreu, Tobias Barreto, José Veríssimo, Silvio Romero, entre tantos” (VIEIRA, 2021, p. 147).

Memória de concreto

A rotina em uma cidade, em que percorremos e circulamos por ruas, praças, jardins, pode ofuscar a paisagem que nos cerca. Esses lugares que fazem parte do nosso cotidiano podem acomodar objetos que demarcam o espaço das grandes cidades contemporâneas, como estátuas, esculturas, bustos, monumentos e outros que podem ser compreendidos por seus atributos artísticos, pelo seu caráter histórico ou como pontos de referência espacial (KNAUSS, 1998). A ligação desses objetos urbanos com a identidade dos espaços que ocupam os torna, em alguns casos, símbolos de uma comunidade.

O termo monumento é passível de diferentes interpretações e significações. Le Goff destrincha a palavra e dá o seu sentido etimológico ligado à memória, naquilo que faz recordar e evoca o passado. Memória e monumento estão intimamente ligados, pois a materialização da primeira é concretizada pelo segundo. Através de sua concretude, o monumento é capaz de consagrar uma narrativa histórica e/ou algum personagem histórico. Sendo assim, o monumento torna-se um elemento cujas intenções são a perpetuação e fixação de uma memória, tornando-a coletiva.

Paralelo ao pensamento de Le Goff (1990), a análise de Pierre Nora (1993) entende o conceito de monumento também como a cristalização de uma memória, tornando-se a sua materialidade simbólica devido ao fato de que, em suma, apenas uma minoria experimentou e vivenciou o acontecimento sacralizado. Nora vai além ao dotar os monumentos de outra qualidade, sendo eles compreendidos, também, como lugares de memória. Um local se torna um lugar de memória se a ele for investido simbolismo para consagrá-lo, fazendo-se necessária a construção de uma significação simbólica. Deste modo, monumentos, rituais, documentos e outros podem ser imbuídos de uma aura simbólica, tornando-se lugares de memória.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica (NORA, 1993, p. 21).

Os lugares de memória surgem da necessidade de se manter viva a lembrança, seja um aniversário, organização de celebrações, criação de arquivos, entre outros; e, se mantêm de um sentimento de que não há memória espontânea. A História ganha papel fundamental na sacralização dos momentos que são arrancados e devolvidos ao movimento histórico. Tanto Le Goff quanto Nora

atribuem ao monumento escultórico a propriedade de fixador de uma memória e construtor de memória coletiva.

Nesse sentido, os monumentos são artefatos que têm como principal finalidade a perpetuação ao longo do tempo de uma memória, evento e/ou um personagem histórico, que através de sua materialidade evoca o passado. Faz lembrar. E, através do simbolismo a ele transmitido, tornar-se um lugar de memória. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8).

O passado e seus usos

Faço uma pergunta ao leitor que pode parecer genérica, mas que é de nosso interesse: o que é memória? Engana-se quem acha que é uma pergunta de fácil resposta. Os dicionários nos dão pistas interessantes, definindo a memória como “faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente; efeito da faculdade de lembrar; lembrança; recordação que a posteridade guarda” (DICIO, 2023) e outros. Em um plano individual, denominamos *memória* a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações. Em sua origem, vinda do latim, a palavra memória deriva de *menor* e *oris*, tendo seu significado relacionado ao “o que lembra”, estando, assim, intimamente ligada ao passado; àquilo já vivido (PADRÓS, 2001).

Passado e memória estão estreitamente ligados, sendo uma relação paradoxal entre o esquecimento e a preservação do passado, “[...] em termos concretos a memória relaciona-se com a dimensão do tempo passado, estabelecendo uma necessária interação entre o esquecimento (apagamento) e a preservação integral do passado (na verdade, preservação impossível)” (PADRÓS, 2001, p. 80). Através de critérios diversos, no nível individual, a memória tem a capacidade de sistematizar de maneira seletiva as lembranças daquilo que já foi vivenciado. Revisitando o passado, ao lembrarmos, revivemos algo já sucedido, percebendo de novo o passado. Devemos ter consciência de que a memória é retroativa, parte do presente para o passado. Ao lembrar, estamos voltando a um passado em que os eventos e fatos que serão memorados estão se desenvolvendo. A memória é a reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente (HALBWACHS, 1990). Trazemos uma parte do passado ao lembrarmos, mas, ao mesmo tempo, estamos ocultando outras. O lembrar e o esquecer caminham juntos.

O esquecimento é algo comum, nós não nos lembramos de tudo. Como já dito, o esquecimento faz parte do lembrar, mas devemos nos perguntar sobre essa ação. Se, por um lado, o esquecer pode ser involuntário, o simples fato de que nós priorizamos determinado acontecimento em virtude de

outros. A memória precisa ser revisitada para não se esvaír ao sabor do tempo. Nesse sentido, existe uma relação dialética, o rastro de uma memória que busca manter unidas a presença do ausente e a ausência da presença. A memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, esses rastros do passado, uma presença que não existe mais, sempre corre o risco de se apagar definitivamente (RICOEUR, 2007). Por outro lado, o esquecer pode ser uma operação voluntária, quando há a intenção de se apagar uma passagem do passado. Na Alemanha nazista houve a tentativa de eliminar os judeus fisicamente, culturalmente e historicamente. O extermínio metódico de um povo, uma operação objetiva de esquecimento, o *Shoah*. O passado é refém das demandas do presente e das projeções para o futuro (GAGNEBIN, 2009).

Provoco outra questão ao leitor, uma memória somente nos pertence ou podemos experimentar uma lembrança de forma coletiva? Após o desenvolvimento de estudos significativos sobre o tema, podemos ter a perspectiva da experiência compartilhada da memória, ou seja, da sua natureza social. A memória coletiva. Há a coletividade da lembrança, seja por um grupo específico ou por uma comunidade como um todo, isso se dá porque nunca estamos a sós. Mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas. “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Ao mesmo tempo, o lembrar possibilita a preservação de uma base comum de elementos políticos, sociais e culturais, que são convertidos e identificados como referências nas relações sociais de cada um dos grupos. O lembrar preserva as vivências da coletividade e transmite o legado da experiência histórica acumulada às gerações futuras. Assim, a memória não está somente na ação de relembrar o passado, ela possui um papel altamente significativo como mecanismo cultural de criação de sentido de pertencimento de grupos e comunidades. E, também, assumindo uma “função política de ser entendida como defesa de si e dos outros nos quais o sujeito se reconhece” (SANTOS *apud* SEIXAS, 2007, p. 84).

Assim, não só os indivíduos possuem memória (individual), como as sociedades também. Os valores, as atitudes, os códigos compartilhados, resultantes de determinada interação, implicam em continuidades e rupturas com tradições e com a cultura transmitida por outras gerações. Lembranças, símbolos e valores identificam o coletivo no espaço e no tempo. São elementos carregados de memória. Memória coletiva (PADRÓS, 2001, p. 83).

Como podemos perceber a memória também assume a forma de elemento fixador e aglutinador em um determinado grupo social. Devemos ter em mente que são os indivíduos que lembram e revisitam uma memória, mas são os grupos sociais dos quais fazem parte que determinam o que deve

ser lembrado e como deve sê-lo. Quando a um evento é imbuída a áurea de marco fundador, a partir dele que será definido o que deve ser assimilado, esquecido e tergiversado pela comunidade (PADRÓS, 2001). Ocorre o que Williams define como “tradição seletiva”, “o que, nos termos de uma cultura dominante efetiva, é sempre assumido como ‘a tradição’, ‘o passado significativo’” (WILLIAMS, 2011, p. 54). A seleção se dá pela escolha de significados e práticas que são enfatizados, enquanto outros significados e práticas são postos de lado e excluídos. Processo que também busca reinterpretar, enquadrar e diluir alguns desses significados e práticas ou colocá-los em formas que dão suporte ou, ao menos, não contrastem com outros elementos da cultura dominante eficaz.

Nesse sentido, a memória se revela também como um espaço de disputa, já que a verdade objetiva de como o fato ocorreu não é unívoca, o senso comum não é a realidade em si. O papel do historiador se faz necessário para revelar o real possível de ser alcançado, visto que não há neutralidade nos registros da memória, assim como nas produções da história. Como já assinalava Marx:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25).

Assim, podemos chegar à compreensão de que a memória não é um gabinete onde os fatos serão depositados, “mas um ativo processo de sentido, e, sob esse aspecto, revela como o narrador ao construir um relato memorialístico produz um sentido para o passado e para a sua vida” (MONTENEGRO, 2012, p. 4).

Gente que vira estátua

A proposta desta conversa é enxergar os monumentos de caráter histórico para além de sua qualidade do “fazer lembrar”. Encará-los como objetos que são frutos da dicotomia cultura dominante – cultura dominada e, ainda mais importante, como produtos das perspectivas históricas e mnemônicas ditas oficiais das quais o passado é elaborado. Nesse sentido, estas peças exercem explicitamente a função social e política do simbolismo, já que “os símbolos são os instrumentos por excelência da <<integração social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração <<lógica>> é a condição da integração <<moral>>” (BORDIEU, 1989, p. 10).

Os monumentos de caráter histórico buscam sacralizar um determinado evento/personagem da história, conferindo às ações individuais caráter universal. Apresentando o processo histórico como confirmação da univocidade da nação, comemorando um evento histórico e conjugado à promoção de um monumento, “celebrando ritualisticamente e afetivamente a aliança entre passado e presente confirma e justifica a nação e a sua memória” (KNAUSS, 2000, p. 176).

Para o auxílio da recepção e promoção dos monumentos de caráter histórico, o recurso biográfico é utilizado. Aqueles que são eternizados em pedra/bronze por seus feitos individuais, tidos como heróicos e por isso devem ser agraciados, emanam qualidades ou exemplos de vida a serem seguidos, ou que devem servir de inspiração. “A condição biográfica possibilita uma base de identidade a partir da condição humana universalmente válida” (KNAUSS, 2000, p. 178). E, essa identidade é reforçada pelo valor afetivo investido num objeto comum. O atributo moral das peças históricas se refere a um conjunto, a nação, mesmo sendo uma peça individual, os valores como virtude, civismo, saber são partilhados coletivamente. A identidade afetiva para com as imagens pode mascarar as distâncias e diferenças sociais, “a partir de uma mesma base emocional, a comunhão dos cidadãos que circulam em torno da mesma peça urbana e que expressa valores sociais comuns” (KNAUSS, 2000, p. 178).

Mas, coincidentemente, os monumentos não são inertes à ação do tempo. O movimento contínuo do processo histórico promove releituras e ressignificações para as peças feitas em um tempo passado. Onde antes havia a sacralização de um evento e/ou personagem da história, hoje ele pode corresponder às mazelas do passado que assombram o mundo contemporâneo.

Recentemente vemos em diversos países um questionamento que vem tomando conta da agenda política, pública e cultural: os monumentos e seus lugares. Essa onda de questionamentos, ressignificações e de derrubada de monumentos, estátuas e outros não é algo novo. Do mundo antigo aos processos revolucionários contemporâneos vemos a destruição de emblemas e símbolos que já não estavam mais de acordo com a nova ordem estabelecida. Em 2020, após o assassinato de George Floyd, um homem negro, por um policial branco na cidade de Minneapolis, nos EUA, houve um frenesi “antimonumentos” que tomou conta das principais cidades do mundo. Os movimentos iconoclastas antirracistas colocam o passado em questão, visando monumentos que simbolizam o legado da escravidão e do colonialismo². Como já anunciava Benjamin: “nunca houve um

² Algumas estátuas que foram contestadas por esse movimento que tem escala global: Robert Lee, Charlottesville; Theodore Roosevelt, Nova York; o comerciante de escravos Edward Colston, Bristol; o rei belga Leopoldo II, Bruxelas; Borba Gato, São Paulo e outras. São exemplos dessa “guerra às estátuas” e revelam a crise do pacto histórico. Cf. NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O “bota-abixo” das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Erigir um monumento de caráter histórico não se traduz somente como o ato de sacralizar simbolicamente um personagem/evento histórico, é também o ato de seleção e validação de uma determinada narrativa histórica. Digo isso, pois nas lutas simbólicas pela imposição da definição do mundo social, estão inscritos os “Combates pela História” (FEBVRE, 1989) e pela memória, assim como os objetos que delas fazem alusão. Desse modo, além de confundirem a promoção de uma narrativa histórica, uma passagem selecionada do passado, eternizada em bronze ou em pedra como um marco, ou melhor, como imagem de civismo, os monumentos também “cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Podemos perceber o argumento defendido nesta conversa em um caso recente no Brasil, não no erguimento de um monumento histórico, mas na construção de uma praça. Em novembro de 2019, na cidade de Nova Veneza, no estado de Santa Catarina, os descendentes do agrimensor italiano Natale Coral solicitaram junto ao poder legislativo da cidade, o projeto de lei de fundação de uma praça em homenagem à Natale Coral. Coral, na memória e história local, é tido como o fundador da cidade de Nova Veneza, justamente por seu trabalho na demarcação de terras.

Ainda em novembro, a Câmara dos Vereadores de Nova Veneza aprovou o projeto de lei legislativo nº 0026 que denomina a Praça Pública Natale Coral. Dias depois, a lei nº 2.738 foi sancionada pelo prefeito Rogério José Frigo ficando oficialmente denominada de Praça Natale Coral. A *Famiglia Natale Coral*, ainda recebeu o documento que denominou o nome da Praça de Natale Coral. Dez anos antes, em 2009, a Câmara de Vereadores de Nova Veneza reconheceu Natale Coral *in memoriam* o título honorífico de “Cidadão Neoveneziano”.

A Praça Natale Coral é lar de um memorial quadrado e cônico, posicionado na diagonal do nascer do sol, ressaltando as técnicas utilizadas na época por Coral. A estrutura do memorial está postada em uma base quadrangular onde estão inscritas duas rosas dos ventos indicando os nortes. Na parte superior, verticalmente está uma baliza topográfica em forma de flecha, uma menção ao povo indígena que habitava na região. Mas quem foi Natale Coral? Por que suas ações merecem ser homenageadas e eternizadas?

Natale Coral nasceu na Itália em 1859 e faleceu no Brasil em 1911. Sua trajetória no Brasil começa com sua chegada no porto do Rio de Janeiro em 1879, junto aos milhares de imigrantes europeus vindos durante o século XIX para o sul do país durante o processo de colonização da região. Coral foi responsável por fazer toda a demarcação de terras da “Colônia Nuova Venezia”, que era dividida em cinco núcleos: Nuova Venezia, Nuova Belluno, Jordão, Nuova Treviso e Belvedere.

Conforme o avanço da colonização europeia, os habitantes nativos que ocupavam a região de Paranaguá à Porto Alegre, os *Laklãnõ-Xokleng*³, tiveram seu modo de vida ameaçado. Sendo obrigados a assaltar as propriedades dos colonos ou atacá-los como forma de autodefesa. As ações dos indígenas ameaçavam os interesses das companhias responsáveis pela venda de lotes aos colonos, que junto aos governos provinciais, contratam grupos armados para a caça e expulsão dos *Xokleng*. Dessa campanha de “busca e destruição” surgiu a figura do “bugreiro”, profissional responsável por afugentar ou exterminar os “bugres”, os *Xokleng*.

Devido ao seu conhecimento do território, Natale Coral foi contratado pela Cia Metropolitana de Nova Veneza, empresa responsável pela venda de terras em Nova Veneza, como agrimensor e, posteriormente, como bugreiro na campanha de caça aos indígenas. Segundo o historiador e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Waldir Rampinelli⁴, Coral receberia a quantia de cinquenta mil réis por bugre morto, mediante a orelha trazida (RAMPINELLI, 2021).

Na história e na memória de Nova Veneza está marcado o ataque comandado por Coral no interior de Urussanga, episódio conhecido como o “Massacre de Palermo”. Os bugreiros rastrearam e localizaram um acampamento indígena durante uma incursão de “limpeza” do território. Ao final do ataque, os bugreiros contabilizaram sessenta e duas orelhas cortadas. Além do massacre, quatro crianças, sendo uma de colo, foram levadas pelos colonos.⁵

A Praça Natale Coral busca consagrar a memória do indivíduo que leva o seu nome, considerado como o marco fundador de Nova Veneza. Porém, ao suspender este personagem do

³ Na atualidade, os indígenas *Xokleng*, da Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ, no Alto Vale do Itajaí (SC), estão no centro de um dos julgamentos mais importantes: o marco temporal, segundo o qual uma área só poderá ser demarcada se for comprovado que os indígenas a habitavam quando a Constituição de 1988 foi promulgada. Os *Xokleng*, antes ameaçados pelos bugreiros, hoje são atacados por madeireiros, produtores rurais e políticos da região. Em 2009, o governo de Santa Catarina pediu a reintegração de posse de parte da terra Ibirama na Justiça, madeireiros e produtores também reivindicaram terrenos na região. A nova ameaça pode ser concreta devido ao fato de os *Xokleng* afirmarem não estarem na região em 1988 pois haviam sido expulsos ou fugiram da violência. Cf. BECHARA, Victoria. Os indígenas de SC que suportaram massacres e podem fazer história no STF. *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/os-indigenas-de-sc-que-suportaram-massacres-e-podem-fazer-historia-no-stf>. Acesso em 19 jun. 2023.

⁴ O professor da UFSC, Waldir Rampinelli, é natural de Nova Veneza e esteve envolvido em uma polêmica relacionada à memória de Natale Coral. O professor publicou um vídeo nas redes sociais em que acusa a prefeitura e os vereadores de Nova Veneza de homenagearem um bugreiro, um matador de indígenas. A repercussão local foi tamanha que Rampinelli sofreu ameaças contra a sua integridade física e, além disso, os descendentes de Coral irão buscar os meios judiciais, caso o professor não retire suas afirmações de circulação. Os idealizadores da praça e os descendentes de Coral também apoiam, caso algum vereador de Nova Veneza aceite o projeto, propor um título de *persona non grata* a Waldir Rampinelli. Cf. MESSER, João Paulo. A polêmica da Praça em Nova Veneza. *ENGEPLUS*. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/bastidores/2021/a-polemica-da-praca-em-nova-veneza>. Acesso em 03 out. 2023.

⁵ Algumas indicações de leitura sobre o tema são: DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do Grande Araranguá*. Araranguá (SC): Gráfica Orion Editora, 1997; SANTOS, S. C. dos. *Ensaio oportuno*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007; OSÓRIO, Paulo Sérgio. *Apropriação territorial e o papel das elites locais no processo de modernização na Região Sul Catarinense no século XIX*. 2020. Tese (Doutorado em História) – PPGH/PUCRS, Rio Grande do Sul, 2020.

processo histórico e legá-lo um lugar de memória, estamos dando continuidade a uma determinada memória e fortalecendo visões e narrativas históricas, mas ao mesmo tempo promovendo o silenciamento.⁶ Os *Xokleng* sofreram dois tipos de violência, a física, por conta das campanhas de bugreiros durante o século XIX e início do século XX e, atualmente, de madeireiros e produtores rurais, que ameaçam sua existência e território, e simbólica, pois os seus algozes são lembrados e homenageados pela memória e história oficial.

Na cidade de São Paulo, localizado na confluência das avenidas Santo Amaro e Adolfo Pinheiro, na zona sul da capital, está o monumento em homenagem ao bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718). A peça foi inaugurada em 1963, nas comemorações do IV Centenário de Santo Amaro, obra do escultor Júlio Guerra (1921-2001) levou seis anos para ficar pronta. Suas características são: 10 metros de altura e estrutura feita com trilhos de bonde. É revestida por basalto e mármore, o que a classifica como mosaico tridimensional, já que os diversos tipos de pedras definem as feições e o vestuário de Borba Gato. O monumento pesa 20 toneladas, sendo que só a cabeça, que foi a parte mais difícil de ser colocada por ter sido necessário içá-la por mais de dez metros de altura, tem três toneladas.

Apesar de ser uma peça controversa, é considerada como um dos cartões-postais de São Paulo. Borba Gato foi um bandeirante paulista, natural de Santo Amaro, responsável por desbravar os sertões brasileiros e promover o avanço ao interior do território em busca de ouro e pedras preciosas. Mas, também, ficou conhecido pelos massacres e capturas de indígenas e escravos negros durante suas incursões. Em 2016, a estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras foram pichados, ambas as peças carregam consigo o símbolo da exploração colonial e suas chagas.

Após os eventos ocorridos nos EUA, com as decapitações e demolições de símbolos escravagistas e impulsionados pela onda de protestos antirracistas, petições on-line foram enviadas à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo cobrando a retirada da estátua de Borba Gato, “Borba Gato, bandeirante, foi um escravocrata responsável pela morte de povos indígenas durante a interiorização do território brasileiro. Hoje, a estátua Borba Gato, situada no bairro de nome homônimo, no distrito de Santo Amaro, presta homenagem à sua biografia genocida” (MERCIER, 2021). Ou como argumenta outra petição, “Nós, Guarani das aldeias de São Paulo, nos sentimos

⁶ Em fevereiro de 2021, a equipe de coordenação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica divulgou a nota de repúdio “à homenagem feita a Natale Coral, assassino de indígenas (que ‘trazia a orelha dos índios na salmoura, só por riso’)”. O Departamento de História/UFSC; o Departamento de Antropologia/UFSC; o PPGA/UFSC; o Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH)/UFSC; o curso de História/UNESC; a Seção Santa Catarina da Associação Nacional de História – ANPUH – SC e a Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil manifestaram apoio à nota de repúdio. Cf. Nota de repúdio à homenagem feita a Natale Coral, assassino de indígenas. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/6289-nota-de-repudio-a-homenagem-feita-a-natale-coral-assassino-de-indigenas>. Acesso em 03 out. 2023.

humilhados todas as vezes que passamos ao lado dessa estátua. Borba Gato foi um assassino de povos indígenas e não pode ser considerado um herói” (MERCIER, 2021). O passado já não é mais inquestionável e estático.

O grupo Revolução Periférica, que também atua nas redes sociais reivindicando a visibilidade dos excluídos socialmente, já havia colocado cartazes em pontos da capital paulista com a pergunta: “Você sabe quem foi Borba Gato?”. No ano de 2021, acompanhando o movimento iconoclasta antirracista, o grupo incendiou a estátua que homenageia o bandeirante Borba Gato. Vale ressaltar que, no ano anterior, foram colocados crânios ao lado de outros monumentos que fazem menção aos bandeirantes.

Após a ação da Revolução Periférica houve grande repercussão na mídia, a polícia prendeu o motorista do caminhão que conduziu parte do grupo até o local e transportou os pneus que seriam incendiados. Nos dias decorrentes, Paulo “Galo” Lima, líder do movimento Revolução Periférica, e sua esposa Gêssica Barbosa foram detidos pela polícia. Lima assumiu a autoria do incêndio, era entregador e fundador do movimento dos Entregadores Antifascistas. Em entrevista ao *El País Brasil*, o professor Jurandir Augusto Martim, indígena guarani, à época deixava claro em suas palavras a ação do grupo Revolução Periférica e a necessidade de se ressignificar os símbolos nacionais, “a simbologia dessas homenagens tem valor e mesmo que ela não seja tão representativa como foi no passado, ainda fortalece a lembrança. Não faz sentido ter esses símbolos. Eles deveriam ser derrubados” (MERCIER, 2021).

Em 1953 era inaugurado outro monumento em homenagem aos bandeirantes, o Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret. Localizado no principal parque da cidade de São Paulo, o Ibirapuera, na praça Armando de Salles Oliveira (antiga praça dos Bandeirantes). A região já era tomada pela presença bandeirante muito antes da inauguração do monumento. Diversos logradouros próximos ao parque do Ibirapuera já haviam recebido nomes de bandeirantes nos anos 1930, como as ruas Domingos Leme, Leonardo Nardez, Lourenço Castanho, Baltasar da Veiga, Antônio Afonso, Mendes Pais, Domingos Fernandes, Januário Cardoso, Pais de Araújo, André Fernandes, Campos Bicudo, Jerônimo da Veiga e Pedroso Alvarenga e Jacintho Moreira Cabral.

A construção do monumento teve início no fim da década de trinta, período em que as oligarquias paulistas haviam sido afastadas do Poder Executivo com a Revolução de 1930 e perdido a Revolução Constitucionalista de 1932. Houve uma mobilização ideológica articulada pelos líderes do movimento “Revolução de São Paulo pelo Brasil” que buscavam invocar o espírito dos bandeirantes para a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas (CAPELATO, 1981). Brecheret apoiou o movimento paulista de 1932 construindo uma escultura em gesso do soldado

constitucionalista. Era necessário um novo fôlego cívico, assim, a elite paulista buscou na imagem um símbolo de sua própria reestruturação e identificação com os bandeirantes, seus supostos ancestrais. Como aponta o historiador Antônio Celso Ferreira (2002), o Monumento às Bandeiras não reflete somente a epopéia dos bandeirantes, traduz, também, uma visão dos modernistas sobre a história de São Paulo.⁷ O bandeirante tornou-se o grande mito fundador da nacionalidade paulista (FERREIRA, 2002).

É importante lembrar que o projeto do Monumento às Bandeiras foi proposto inicialmente por ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, sediada no Museu Paulista, em São Paulo. O projeto de Brecheret teve apoio de intelectuais e artistas modernistas que haviam realizado em 1922 a Semana de Arte Moderna. Oswald de Andrade, Menotti del Piccha e Monteiro Lobato encabeçaram uma comissão responsável pela organização do projeto de um monumento paulista em homenagem aos bandeirantes, ofertado à cidade por ocasião da celebração do Centenário da Independência.

Nas primeiras décadas do século XX, as narrativas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894, e da Academia Paulista de Letras (APL), criada por volta de 1909, duas instituições afinadas a grupos dirigentes, exaltavam a memória dos bravos e heróicos desbravadores bandeirantes e sua relevância para a história nacional. Nesse sentido, confundindo a história de São Paulo com a história nacional, sendo os bandeirantes um símbolo regional e nacional do Brasil (WALDMAN, 2022).

O Monumento às Bandeiras conhecido popularmente como “Empurra-empurra” ou “Deixa que eu empurro” é feito de granito e representa um grupo empurrando uma canoa. À frente do grupo estão postados dois bandeirantes portugueses montados a cavalo, seguido de um grupo de homens acorrentados pelo pescoço que representam o índio, o negro e o mameluco. Brecheret usou como modelos seus próprios amigos para a construção das estátuas, além de tornar a si mesmo como bandeirante de sua obra, o escultor é o único nomeado. Em sua figura está a inscrição: “Autorretrato do escultor Victor Brecheret (02/10/1937)”.

No ano de 2013, uma manifestação, que contava com a presença de lideranças indígenas, reuniu-se para protestar contra a PEC 215, cujo texto modificava o sistema de demarcação de terras indígenas no país. O trajeto dos manifestantes começou na Avenida Paulista, seguiu pela Brigadeiro

⁷ Ver FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Ferreira busca trazer algumas reflexões sobre a complexa indagação: *o que é ser paulista?* Para dar cabo ao questionamento e promover esclarecimentos, o autor utiliza como fonte as obras dos letrados paulistas entre 1870 e 1940, traçando um caminho que mostra a importância dos intelectuais paulistas para a criação de uma identidade regional.

Luís Antônio e teve seu fim com a ocupação do Monumento às Bandeiras. Os manifestantes escalarão o monumento carregando faixas e cartazes com frases como “Demarcação já!” e “Guarani”. Um tecido vermelho foi estendido sobre as figuras do grupo escultórico que estão postados atrás dos bandeirantes montados, enquanto na parte de trás da peça foi pintada com tinta branca a frase “Bandeirantes assassinos”.

Os manifestantes não indígenas ainda jogaram tinta vermelha sobre as peças do monumento, ação que foi taxada pela mídia como vandalismo. Após o evento, o líder indígena guarani Marcos dos Santos Tupã publicou uma carta em resposta à mídia que se referia à intervenção como vandalismo. Tupã, logo no começo de sua exposição parte de uma concepção completamente diferente ao afirmar: “Para nós, povos indígenas, a pintura não é uma agressão ao corpo, mas uma forma de transformá-lo. Nós, da Comissão Guarani Yvyrupa, organização política autônoma que articula o povo guarani no sul e sudeste do país, realizamos no último dia 02 de outubro, na Av. Paulista, a maior manifestação indígena que já ocorreu em São Paulo desde a Confederação dos Tamoios” (TUPÃ, 2013). Para o líder indígena, o pano vermelho representava o sangue de seus antepassados que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais a sociedade branca tem orgulho. Ao final de seu texto, Tupã propõe a ideia de arte como transformação: “Esse monumento para nós representa a morte. E para nós, arte é outra coisa. Ela não serve para contemplar pedras, mas para transformar corpos e espíritos. Para nós, arte é o corpo transformado em vida e liberdade e foi isso que se realizou nessa intervenção” (TUPÃ, 2013).

Outra peça histórica que também merece atenção é outra obra de Brecheret, também localizada na cidade de São Paulo e inaugurada em 1960. O Monumento ao Duque de Caxias, localizada na Praça Princesa Isabel, região central paulistana. A escultura mede 48 metros ao total. Luís Alves de Lima e Silva foi o único brasileiro a receber o título de duque no reinado de Dom Pedro II. Caxias é interpretado por alguns como um grande herói da história nacional por seus feitos militares internos e externos. Além de ser considerado o patrono do exército brasileiro. Suas glórias escondem a violência de que fez uso para sufocar as revoltas populares que se desenrolaram durante o período do governo de Dom Pedro II. Houve mobilização social, durante a década de quarenta, para angariar fundos em prol da construção do monumento, sendo feito até um concurso internacional de maquetes, na qual uma comissão escolheria a melhor obra. Brecheret saiu vencedor do concurso.

Brecheret elaborou na base do monumento baixos-relevos que apresentam cenas da trajetória de Duque de Caxias. Essas cenas são representadas unicamente em cada uma das faces do pedestal. São essas: “*Pacificação, Caxias falando ao povo de Bagé*”, “*Reconhecimento de Humaitá*”, “*Batalha de Itororó*” e “*Enterro de Caxias*”. A morte de Caxias confere fim à sua jornada, mas suspende a sua

memória do processo histórico, como louvável de apreciação, sendo imbuída a sua imagem a áurea de herói.

Nem todos viram ou irão virar estátuas, para que suas ações sejam louvadas e sacralizadas, elas devem corresponder à ordem social ou a sua preservação. Nesse sentido, podemos perceber uma “tradição seletiva”. Partindo da premissa de que a história é escrita pelos vencedores, e como aparece nas páginas iniciais do Manifesto comunista de Marx, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40), os objetos que a partir dela são produzidos - estátuas, monumentos, bustos e outros de caráter histórico – estão imersos nessa dinâmica. O projeto cívico pedagógico através dos monumentos de caráter histórico busca promover a univocidade da nação através da imagem, utilizando para isso as comemorações, instituições de datas, a biografia do monumentalizado para a constituição de uma identidade afetiva, mas que, ao mesmo tempo, vimos que exprimem violência simbólica. Pois, numa sociedade, a divisão se dá de forma natural, seja na disposição de classes, seja na divisão entre cultura dominante e cultura dominada.

Considerações finais

Como elementos apaziguadores e simbólicos, os monumentos de caráter histórico, além de eternizarem uma passagem e/ou personagem da história oficial, têm a função de promover o civismo e a univocidade da nação. Nesse sentido, as diferenças e a (de)formação social são escamoteadas através do processo cívico pedagógico em torno das peças históricas que compreendem o acervo da imaginária urbana.

Quando os movimentos sociais buscam a derrubada de monumentos, desses símbolos, ou mesmo quando há a operação de remoção por parte do poder público ou o próprio abandono ao sabor do tempo, é porque a “mensagem celebrativa herdada do passado está sendo questionada ou perdeu o sentido para as próprias elites que as erigiram” (NAPOLITANO, 2021). Podemos perceber o que Napolitano anuncia como crise do “pacto histórico”, já que existe a contestação dos pilares mnemônicos que promovem uma visão comum do passado que são transmitidas às gerações futuras de forma hegemônica e institucionalizada.⁸ As ações dos movimentos sociais e a efervescência de contestação da memória e a da história dita “oficial”, simbolizam uma nova dimensão da luta: a

⁸ Napolitano caracteriza o “pacto histórico” como “[...] faz com que atores políticos e grupos sociais diversos, mesmo em situação de conflito, compartilhem certas visões comuns do passado, como se fosse uma memória hegemônica e institucionalizada. NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O “bota-abaixo” das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 97.

conexão entre direitos e memória. Desvelando o lugar simbólico dado no espaço público aos opressores que constituem os pilares da história “oficial” de suas sociedades. Transformando o espaço que compõe o ambiente urbano cotidiano em um local de disputa entre o passado e suas mazelas e o presente e seu revisionismo histórico.⁹ Como já afirmava Goethe: “assim como sobre os homens, também sobre os monumentos, o tempo não abdica de seu direito” (GOETHE, 2008, p. 122).

A efervescência dos movimentos revisionistas dos “perdedores” confronta a história e a memória oficiais. O processo pelo qual o progresso foi estabelecido e os nomes de figuras históricas que o acompanharam são, atualmente, questionados. As vítimas do passado não serão mais silenciadas e, como afirma Hobsbawm, é necessário se fazer uma história de baixo para cima ou como declarou Benjamin: “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 225). Aqui, fazendo uso da concepção benjaminiana, a redenção do passado e de suas vítimas se faz na rememoração do passado. Mas não somente de maneira contemplativa que se deve olhar para o passado. É um processo ativo “a redenção é uma tarefa revolucionária que se realiza no presente [...] trata-se de ganhar a partida contra o adversário poderoso perigoso” (LOWY, 2005, p. 53). O papel do historiador, narrador ou cronista como Benjamin afirma, ao fazer seu ofício é fundamental, “já que a redenção exige a rememoração integral do passado sem fazer distinção entre acontecimentos ou os indivíduos ‘grandes’ e ‘pequenos’” (LOWY, 2005, p. 54). Desse modo, o passado e a memória tornam-se objeto de disputa entre o “oficial” e as contradições que surgem das reivindicações das minorias, “não havendo a redenção para a geração presente se ela fizer pouco caso da reivindicação das vítimas da história” (LOWY *apud* TIEDEMANN *et al.* (1973). p. 52).

Por fim, a discussão aqui apresentada buscou perceber como o passado e seus usos são objetos de disputa. Em uma sociedade dividida por classes, onde os direitos são regalias de alguns, os choques e tensões sociais constantes e o passado e sua herança colonial que nos assombram, erguer um monumento não afirma somente uma memória oficial, é necessário compreender e questionar a lógica monumental sacralizada. Quais são os símbolos que nos representam? São eles inertes, no sentido de não sofrerem com a ação do tempo? As demandas do presente e as projeções para o futuro, a “guerra simbólica” e a crise do pacto histórico nos fazem questionar: realmente a história teve seu fim?

Sites visitados

BECHARA, Victoria. Os indígenas de SC que suportaram massacres e podem fazer história no STF. *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/os-indigenas-de-sc-que-suportaram-massacres-e-podem-fazer-historia-no-stf>. Acesso em 19 jun. 2023.

⁹ Aqui entendendo como revisionismo histórico um processo científico e metodológico sério feito por historiadores e pesquisadores de outras áreas. Não essa enxurrada que vemos de “estudos” e notícias que veiculam a desinformação e que são propagadas pelos “brasis paralelos” e manuais “politicamente incorretos de história” que, na verdade, promovem o negacionismo. Encaro essas propostas ditas “revisionistas” como apenas mau-caratismo publicitário.

Câmara de Vereadores de Nova Veneza. Disponível em: <https://www.cvnv.sc.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/6561>. Acesso em 03 out. 2023.

Cultura, DICIO – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. Acesso em 03 out 2023.

G1. Estátua, Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo, *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 15 mar. 2023.

Memória, DICIO – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/memoria/>. Acesso em 03 out 2023.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. *El País Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em 16 mar. 2023.

MESSER, João Paulo. A polêmica da Praça em Nova Veneza. *ENGEPLUS*. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/bastidores/2021/a-polemica-da-praca-em-nova-veneza>. Acesso em 03 out. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. A guerra às estátuas e a política pública de memória. *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-%C3%A0s-est%C3%A1tuas-e-a-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-de-mem%C3%B3ria>. Acesso em 11 jan. 2023.

Nota de repúdio à homenagem feita a Natale Coral, assassino de indígenas. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/6289-nota-de-repudio-a-homenagem-feita-a-natale-coral-assassino-de-indigenas>. Acesso em 03 out. 2023.

PLANALTO. L0601-1850. *Planalto.gov.br*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 15 ago. 2022.

RAMPINELLI, Waldir. Nova Veneza na Contramão da História. *APUFSC*. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2021/02/17/nova-veneza-na-contramao-da-historia/>. Acesso em 03 de out. 2023.

SP.GOV. BORBA GATO guarda a entrada do bairro de Santo Amaro. *Sp.gov.br* Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285148>. Acesso em 16 mar. 2023.

TUPÃ, Marcos dos Santos. Monumento à resistência do povo guarani. *CTI*. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani/>. Acesso em 20 mar. 2023.

Planalto.gov.br. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 15 ago. 2022.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENJAMIN, Benjamin. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación*, (1): 53-76, junio 2008.
- Cultura*, Dicio, disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. acesso em: 27 jul. 2022.
- COSTA, Gabriel Motta. A teoria da classe ociosa: uma análise de Thorstein Veblen sobre a dominação socioeconômica entre classes. *Revista Contemporartes*, maio 2020. Disponível em: <https://revistacontemporartes.com.br/2020/05/08/a-teoria-da-classe-ociosa-uma-analise-de-thorstein-veblen-sobre-a-dominacao-socioeconomica-entre-classes>.
- COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Sociedade e Estado - Volume 29, número 3*, setembro/dezembro 2014.
- ENGELS, F.; MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GOETHE, J. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. *19&20*, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010.
- KNAUSS, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

- KNAUSS, Paulo. O Descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo. *Proj. História*. São Paulo, (20), abr. 2000.
- LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O “bota-abaixo” das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 93-119.
- NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo. (10), dez. 1993.
- ORWELL, George. *Dentro da baleia e outros ensaios*. Org: Daniel Piza. Trad. José Antonio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PADRÓS, E. S. *Usos da memória e do esquecimento na história*. *Letras*, [S. l.], n. 22, p. 79–95, 2001. DOI: 10.5902/2176148511826. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11826>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- PASTANA, Mariana. Um herói eternizado em bronze: o monumento ao general Osório no Rio de Janeiro (1864). *Anais da XII JORNADA DE ESTUDOS HISTÓRICOS PROFESSOR MANUEL SALGADO*. RJ: Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2017. p. 623-638.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Márcia Pereira dos. *História e memória: desafios de uma relação teórica*. *OPSIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez. 2007.
- VIEIRA, Beatriz. Na carne dos dias: um fio de conversa sobre a (de)formação nacional em Paulo Arantes. *Passagens de Paris*, nº21 (2021.1).
- WALDMAN, Thaís Chang. A pedra sangrou: o dia em que o ‘Monumento às bandeiras’ se transformou no ‘Monumento à resistência guarani’. In: *Monumentos, memória e violência*. Org: Rosane Kaminski, Marcos Napolitano. São Paulo: Letra e Voz, 2022. p. 165-185.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.